



**AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM PROJETO DE ESTÁGIO
NUM CURRÍCULO DE LICENCIATURA AMPLIADA: A EXPERIÊNCIA DA ESEFFEGO/UEG**

Lílian Brandão Bandeira
Priscilla de Cesaro Antunes
Néri Emílio Soares Júnior
Renata Linhares

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar a experiência de reestruturação das disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Educação Física da ESEFFEGO/UEG e suscitar reflexões acerca dos desafios e possibilidades da construção coletiva de um projeto de estágio na perspectiva da licenciatura ampliada. Entendemos as disciplinas de estágio como espaços privilegiados na formação de professores, por proporcionarem aos/às acadêmicos/as contato com a realidade concreta a partir da intervenção pedagógica nos diversos campos da Educação Física. Alguns resultados preliminares se expressam pela consolidação do NEPE/ESEFFEGO/UEG e a construção coletiva de um projeto de estágio capaz de representar uma unidade entre os Estágios I, II, III, IV e V. Acreditamos que o debate acerca dos estágios numa organização curricular na perspectiva da licenciatura ampliada materializa tentativas em prol da formação unitária do professor de Educação Física e expressa a luta histórica contra a fragmentação do trabalho em nossa área. Indicamos a necessidade de (re)pensarmos os estágios em campos escolares e não escolares tendo a prática pedagógica, a docência e a práxis como centralidade da formação profissional em Educação Física e a apropriação dos elementos constitutivos da relação entre as teorias do conhecimento, da aprendizagem, da educação e da educação física.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Licenciatura Ampliada, Formação de Professores

ABSTRACT

This article aims to present the experience of restructuring the disciplines of Supervised Compulsory Stage of Physical Educational Course at ESEFFEGO / UEG and stimulate reflections on the challenges and possibilities of collective construction of a Stage's Project from the perspective of larger graduation degree. We understand as disciplines of Supervised Stage as privileged space in teacher education by offering to students contact with the concrete reality from the educational intervention in the various fields of Physical Education. Some preliminary results are expressed by the consolidation of NEPE / ESEFFEGO / UEG and the collective construction of the Project for Supervised Stage capable to represent a unity between Stages I, II, III, IV and V. We believe that debate about supervised stages on curriculum organization in view of the amplified graduation degree attempts to promote the training unit of physical education teacher and expresses the historical struggle against the fragmentation of work in our area. We Indicate the need to (re) think internships in fields of non-school and school teaching practice, teaching and praxis as centrality of formation in physical education and appropriation of the



constituent elements of the relationship between theories of knowledge, learning, education and physical education.

Keywords: *Supervised Stage, Larger Graduation, Teacher Education*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar la experiencia de reestructuración de las disciplinas de Residencia Supervisada Obligatoria del Curso de Educación Física de la ESEFFEGO/UEG y estimular reflexiones sobre los retos y posibilidades de construcción colectiva de un proyecto de residencia en la perspectiva de una Licenciatura Amplia. Comprendemos las disciplinas de residencia como espacios privilegiados en la formación docente, por ofrecieren a / para los estudiantes / contacto con la realidad concreta a partir de la intervención pedagógica en los distintos ámbitos de la Educación Física. Algunos resultados preliminares se expresan por la consolidación de NEPE/ESEFFEGO/UEG y la construcción colectiva de un proyecto de residencia capaz de representar una unidad entre las Asignaturas de Residencia I, II, III, IV y V. Creemos que el debate sobre las prácticas de residencia en una organización curricular en la perspectiva de la Licenciatura Amplia materializa los intentos de promover una formación unitaria del profesor de Educación Física y expresa la lucha histórica contra la fragmentación del trabajo en nuestra área. Indicar la necesidad de (re) pensar la residencia en los campos escolares y no escolares considerando la práctica pedagógica, la docencia y la praxis como centralidad de la formación profesional en Educación Física y la apropiación de los elementos constitutivos de la relación entre las teorías del conocimiento, de la aprendizaje, de la educación y la educación física.

Palabras clave: *Residencia Supervisada, Licenciatura Amplia, Formación de Profesores*

Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o estágio curricular supervisionado obrigatório em Educação Física num currículo de formação de professores na perspectiva de Licenciatura Ampliada, a partir da experiência da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás da Universidade Estadual de Goiás (ESEFFEGO/UEG).

Frente às exigências legais postas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, que apresentam a divisão da formação em Licenciatura e Bacharelado,

o corpo docente e discente do curso de graduação em Educação Física da ESEFFEGO se insere com a missão nada fácil de imergir, de forma democrática e competente, uma revisão curricular que dialogue com a necessidade de qualificar a discussão e o produto final dela, resvalando no conflito de estabelecer um olhar para as exigências legais postas pelas Diretrizes Curriculares, esquivando-se das implicações imperialistas da sociedade dominante e ainda focando um olhar crítico para a reforma universitária que bate a nossas portas (GOIÁS/UEG/ESEFFEGO/PPP, 2009, p. 06 e 07).



Nesse sentido, o curso de licenciatura da ESEFFEGO/UEG, ao pautar-se na perspectiva da licenciatura ampliada, busca proporcionar a possibilidade de se pensar a Educação Física tanto em espaços escolares como não escolares. O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se numa disciplina obrigatória do curso de Licenciatura em Educação Física da ESEFFEGO/UEG e tem como principal característica proporcionar aos estudantes uma aproximação formativa com os diversos campos de trabalho no âmbito da Educação Física. No segundo semestre de 2010, a ESEFFEGO/UEG iniciou um movimento de (re)estruturação das disciplinas de estágio, visando qualificar a formação desses estudantes.

Este processo foi estruturado a partir de trabalhos coletivos com os professores dessas disciplinas no final do ano de 2010 e início de 2011, sendo que um dos resultados desse movimento foi a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estágios (NEPE/ESEFFEGO/UEG)¹.

Desse modo, o presente artigo foi construído a partir do olhar de quatro professores integrantes deste Núcleo, os quais o identificam a necessidade de refletir o processo de construção e implementação de um projeto de estágio a partir do contexto dessa instituição, ao encontro da lacuna indicada no PPP do curso (GOIÁS/UEG/ESEFFEGO/PPP, 2009, p. 65): “Este Projeto Pedagógico aponta para a necessária elaboração de um projeto para o Estágio Supervisionado”.

Dessa foram, este texto apresenta-se como uma tentativa de diálogo com a realidade das discussões do Núcleo, que tem se mostrado como desafiadora, uma vez que é uma experiência nova pensar estágios em espaços escolares e não escolares dentro de uma perspectiva de licenciatura ampliada. Essa provocação se coloca tanto para a ESEFFEGO/UEG quanto para as produções científicas desenvolvidas no campo acadêmico da Educação Física, que ainda se apresentam carentes de referenciais sobre a temática de estágios em campos não escolares.

Mais do que defender uma concepção de estágio para a formação de professores de educação física, pretendemos apresentar os desafios e avanços da construção coletiva de um projeto de estágio de um curso de licenciatura ampliada.

I – Considerações sobre a formação de professores em Educação Física e a perspectiva da Licenciatura Ampliada

O processo de formação docente de Educação Física no Brasil pode ser contado através das políticas públicas e também por fatos sociais concretos entendidos por quatro períodos, que explicitam o desenvolvimento de problemáticas da área. De acordo com Ventura (2010) e David (2003), o primeiro período, entre as décadas de 1930 e 1960, dava ao egresso dupla habilitação: a de professor de Educação Física e a de Técnico Esportivo. No segundo período, que compreendeu o momento da ditadura militar no Brasil, eram ofertados cursos de licenciatura em educação física nas modalidades curta e plena. O terceiro, a partir da Resolução nº 03/87 CFE/MEC, teve como centralidade a abertura da possibilidade de formar profissionais em graduação plena em duas habilitações: a licenciatura e o bacharelado.

Com a possibilidade do estabelecimento do bacharelado, teve início um intenso debate no campo acadêmico da Educação Física (TAFFAREL, 1993). De um lado havia aqueles que defendiam a

¹ O NEPE/ESEFFEGO/UEG é formado pelos professores das disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III, IV e V; Didática Aplicada às Práticas Pedagógicas da Educação Física; Metodologia do Ensino da Educação Física; e o coordenador do curso de Licenciatura em Educação Física da ESEFFEGO/UEG, totalizando 19 integrantes.



manutenção da licenciatura em uma perspectiva ampliada (formação generalista) sob o argumento de que todos os campos de intervenção da Educação Física exigiam do professor uma intervenção pedagógica (KUNZ *et al*, 1998). Em outra perspectiva, havia aqueles que defendiam uma formação específica (bacharel), que teria intervenção nos campos não escolares, argumentando que esta formação seria mais qualificada e proporcionaria o desenvolvimento de pesquisa (DAVID, 2009).

Então, a implantação do bacharelado aconteceu como resposta aos argumentos do grupo que defendia a formação especializada (KUNZ *et al*, 1998). No entanto, na perspectiva legal, a licenciatura habilitava os professores para trabalharem em todos os campos de atuação. Essa dicotomia de paradigmas corroborava a confusão sobre a identidade do campo da formação profissional em Educação Física.

A resolução não expressou a discussão que provocou o movimento no período de reabertura das expressões políticas, mas marcou como sempre o desejo do grupo hegemônico, que a partir do postulado positivista da fragmentação do objeto implantou o bacharelado na Educação Física, a partir de uma abstração que já perdurava nas outras áreas (VENTURA, 2010, p.143).

O quarto período constitui a atual política de formação em Educação Física e teve início com a aprovação das novas políticas curriculares para formação docente no Brasil no ano de 2001, a saber: Parecer CNE/CP 09/2001 e a Resolução CNE/CP 01/2002 que estabeleceram as Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação inicial de professores para Educação Básica, em nível superior.

A lógica da formação docente contida nessas diretrizes configurou-se como estritamente técnica e pragmática, com concepção nuclear da proposta assentada nas competências e na formação reflexiva. Nesse modelo de formação, o professor aprende o fazer pedagógico sem compreender seus fundamentos (KUENZER, 2008; VEIGA, 2009). Veiga (2009) denomina essa perspectiva de formação proposta de tecnólogo do ensino.

Um dos principais alicerces das diretrizes foi “a racionalidade prática” (KUENZER, 2008), um paradigma que surge em contraposição a racionalidade técnica, que é um paradigma derivado da filosofia positivista que concebe o professor como solucionador de problemas instrumentais através da aplicação de técnicas científicas específicas (PÉREZ GÓMEZ, 1992), além da dicotomia entre teoria e prática, em que a prática é demasiadamente valorizada em contraposição da teoria.

Outra questão importante em relação às Diretrizes Curriculares, se refere à especificidade e integridade própria que a licenciatura adquiriu, desvinculando-se do bacharelado, o que gerou a necessidade de elaboração e aprovação de suas próprias diretrizes. Então, foi aprovado o Parecer CNE/CES n°. 138/2002 que tratava das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação plena em Educação Física em nível superior. Este documento situava a Educação Física no campo da saúde em um aspecto exclusivamente biológico, o que retrocedia a concepção de Educação Física anterior à década de 1980 (ANDRADE FILHO; FIGUEIREDO, 2004, p.140). Este documento foi estabelecido nessa perspectiva segundo influência do Conselho Nacional de Educação Física (Confef), que realizava fortes ingerências no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

No entanto, devido às muitas manifestações contrárias ao Parecer, foi instituída uma Comissão de Especialistas pela Portaria n°. 1.985/03 que, após discussões, apresentaram, no ano de 2004, o Parecer CNE/CES n°. 58/2004 e a posteriormente a Resolução CNE/CES n°. 07/2004. O Parecer CNE/CES n°. 58/2004 estabeleceu a Educação Física para além do campo da saúde em seu aspecto biológico e ampliou



a possibilidade de cada IES escolher a matriz epistemológica para orientar a constituição dos seus currículos (IBIDEM).

Com a Resolução CNE/CES n°. 07/2004 foram instituídas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física em nível superior. O que é importante ressaltar é a perspectiva fragmentada de formação que a Educação Física adquiriu com estas Diretrizes Curriculares Nacionais tendo amplo respaldo do Confef.

O Confef tem exercido ingerências em vários espaços sociais com o objetivo de proibir que licenciados possam exercer a docência nos campos não-escolares mediante a Resolução CONFEEF n°. 94/2005 que delimita os campos de atuação profissional em função da modalidade de formação.

Não pretendemos fazer aprofundar na discussão, neste trabalho, sobre essa fragmentação ser sobre uma perspectiva epistemológica e/ou do mundo do trabalho, mas afirmar que é na contramão dessa divisão que vamos refletir sobre a formação de professores de educação física. Defendemos que independente do local que atua o professor de Educação Física lida com o processo de formação humana e docência. Segundo Santos Júnior (2005), outro ponto a ser considerado em defesa de uma formação unificada da educação física está em relação ao corpo de conhecimentos e aos procedimentos teórico-metodológicos que não se alteram de acordo com os espaços de intervenção.

Neste momento histórico em que se debate a dupla formação nesta área, como consequência da dicotomia entre paradigmas que residem no processo das relações sociais do campo da Educação Física, a posição a ser tomada é coletivizar esforços com os que se debruçam nas investigações sobre esta categoria de trabalho, buscando defender algumas centralidades na formação generalista pela Licenciatura Ampliada, como a formação humana, a prática pedagógica tendo na docência a sua essência, a História como ancoradouro para se constituir a identidade do campo, síntese de múltiplas determinações, dentre outras (VENTURA, 2010, p. 191).

Nesse sentido, fazer a ruptura com esses paradigmas implica em uma formação com base sólida que permita desvelar as contradições da sociedade, contextualizar sua intervenção e a partir daí intervir nos diferentes espaços de forma que possa confrontar o conhecimento com a realidade.

II - O movimento de (re)estruturação do estágio na ESEFFEGO: avanços e desafios

Em virtude do novo currículo que passa a vigorar na ESEFFEGO/UEG no segundo semestre de 2007, a partir das tentativas de se materializar a licenciatura ampliada, emerge a necessidade de organização dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios em Educação Física.

Conforme consta do Projeto Político-Pedagógico do curso (GOIÁS/UEG/ESEFFEGO, 2009), o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, com 405 horas “mínimas” de duração, ao encontro das legislações que dispõem sobre a formação de professores em geral e sobre a formação em Educação Física em específico, as quais determinam que os cursos de licenciatura devem ter 400 horas mínimas de estágio curricular obrigatório.

O currículo da ESEFFEGO/UEG apresenta cinco disciplinas de estágio, sendo três em campos não-escolares e duas em campos escolares, situadas do quinto ao oitavo períodos do curso. Os estágios I, II, III e IV possuem carga horária de 75h/aula e o estágio V possui carga horária de 105h/aula. As



disciplinas de estágio apresentam, como característica, a regência compartilhada entre três professores nos estágios não escolares e dois professores em estágios escolares.

Constitui-se como objetivo geral dos estágios:

Desenvolver conhecimentos no campo da cultura corporal que possam contribuir para a transformação da realidade social e com a formação humana do professor de Educação Física, através de uma inserção crítica no mundo do trabalho com compromisso social e político do profissional da educação (GOIÁS/UEG/ESEFFEGO/PGE, 2010, p. 6).

O referido currículo, ao se fundamentar na perspectiva da licenciatura ampliada, traz a prática pedagógica como centralidade da formação inicial de professores de educação física e, por isso, entende os estágios como eixos articuladores desta formação.

O grande diferencial deste currículo foi sua proposta de uma licenciatura ampliada, onde o centro da formação focado no ato pedagógico trazia também disciplinas, práticas de ensino, estágios e aperfeiçoamentos que buscavam garantir, mesmo que parcialmente, abordagens não só no campo escolar, mas também nos espaços não escolares (UEG/ESEFFEGO/PPP, 2009, p. 28).

De acordo com o Projeto Geral de Estágio da ESEFFEGO (GOIÁS/UEG/ESEFFEGO/PGE, 2010, p. 03), o estágio supervisionado “trata das práticas pedagógicas como intervenção social, portanto, como prática social com reflexões sobre a sociedade a qual nos inserimos numa perspectiva da relação teoria/prática dos diversos conhecimentos apreendidos no decorrer do curso”. A prática social será a norteadora do trabalho pedagógico do professor de educação física nos espaços escolares e não-escolares (saúde, lazer e esporte). Essa intervenção proporcionada pelos estágios deve se constituir como prática social, buscando refletir sobre a sociedade vigente e transformá-la.

O movimento de (re)estruturação das disciplinas de estágio foi impulsionado a partir da entrada de novos professores na instituição via concurso público realizado nos meses de abril e maio de 2010 e processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos realizado no segundo semestre de 2010.

No ano de 2007, houve uma greve histórica na UEG que tinha como uma das pautas de reivindicação a realização de concurso público para 475 vagas. Essas vagas foram conquistadas e, posteriormente, distribuídas pelas Unidades Universitárias. O curso de Educação Física da ESEFFEGO/UEG foi contemplado com 14 vagas, sendo oito destinadas à área de Didática, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado².

O movimento de (re)estruturação dos estágios na ESEFFEGO/UEG passou a se debruçar sobre as questões referentes ao estágio na intenção de consolidar uma base sólida e comum de trabalho, sem desprezar as especificidades de cada campo de estágio, a partir do que já existia. Essa organização coletiva se deu a partir das demandas apresentadas pelos professores sobre a organização do trabalho, o que resultou na materialização do documento Projeto Geral de Estágio da ESEFFEGO/UEG.

² O panorama de vagas do concurso foi estruturado no ano de 2007. No entanto, a efetivação do concurso público só se deu em 2010 após outra série de manifestações iniciadas em 2009, inclusive uma nova greve. Nesse momento, o quadro docente da instituição se encontrava sob outra configuração em virtude da saída de professores efetivos por motivo de aposentadoria. Nos anos de 2009 e 2010, saíram da ESEFFEGO/UEG outros professores aprovados em concursos de instituições federais de ensino. Fato este que nos permite inferir que a demanda por professores aumentou ainda mais.



Como resultado desse movimento, também foi criado o NEPE/ESEFFEGO/UEG (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estágios) e construído seu regimento interno, sendo ainda restituído o cargo de Coordenação de Estágio, que estava anteriormente desativado na instituição³.

Este Núcleo apresenta como centralidade as discussões referentes ao Estágio Supervisionado Obrigatório em Educação Física em ambientes escolares e não-escolares. Apresenta como objetivos, segundo seu Regimento Interno (GOIÁS/UEG/ESEFFEGO/Regimento Interno, 2010, p. 2):

Organizar os Estágios Curriculares do Curso de Educação Física da ESEFFEGO; Compor a organização da Semana de Formação, Didática, Prática de Ensino e Estágio; Desenvolver atividades de pesquisa com diferentes temáticas de acordo com discussões vinculadas aos Estágios; Organizar um Banco de Dados dos trabalhos produzidos no final de cada Estágio, de forma a subsidiar o desenvolvimento de estudos que aprofundem o conhecimento sobre esse campo; Realizar palestras, simpósios, conferências e/ou outros eventos pertinentes às investigações em curso nas linhas de pesquisa a elas relacionadas; Desenvolver atividades de formação, extensão e pesquisa na ESEFFEGO e/ou em colaboração com outras instituições; Analisar e avaliar os projetos de pesquisa a serem desenvolvidos pelo Núcleo; Incentivar iniciativas de pesquisadores; Realizar o intercâmbio com outros núcleos de estudos e instituições afins, visando ao desenvolvimento de investigações sobre a prática pedagógica em Educação Física; Publicizar as atividades desenvolvidas, através de periódicos, eventos e outros meios; Contribuir para a formação de alunos e pesquisadores.

Dentre todas essas proposições, o NEPE, no ano de 2011, conseguiu avançar no processo de estruturação das disciplinas de estágio, no diálogo entre os professores que compõem a mesma disciplina, na tomada de decisões coletivas no estabelecimento dos convênios com as instituições parceiras de estágio e na Semana de Formação, Didática, Prática de Ensino e Estágio⁴.

Na organização da disciplina momentos de discussões entre os professores do estágio, tem se mostrado essencial para que se construa de documentos comuns como manual do estagiário e projeto de estágio, troca de experiências; socialização de conhecimentos e materiais didáticos, mais do que isso para a democratização das informações e tomada de decisões. Nesse sentido todos os estágios apresentam quatro momentos comuns, independente do campo de atuação.

1) Análise de conjuntura: apreensão da realidade do campo por meio de observações, entrevistas, análise documental, que objetiva a compreensão, descrição e análise do cotidiano onde será realizado o estágio; 2) Planejamento: elaboração do projeto de intervenção e planos de aula a partir da análise de conjuntura. A elaboração dos planos implica preparação teórica, em especial a respeito de conhecimentos básicos identificadores da Educação Física: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação; 3) Intervenção: desenvolvimento do projeto de intervenção e planos de aula, ou seja, execução da proposta pedagógica de ensino-aprendizagem nos campos; 4) Relatório

³ Uma das conquistas desse regimento foi de que o cargo de Coordenador de Estágio, antes ocupado por pessoa indicada pelo Coordenador do Curso, passou a ser ocupado pelo Coordenador do Núcleo, eleito por seus integrantes.

⁴ A ESEFFEGO/UEG desenvolve o evento “Semana de Didática, Formação, Prática de Ensino e Estágio”, incluído no seu calendário oficial. O evento terá sua segunda edição desenvolvida no semestre 2011.1 e o NEPE/ESEFFEGO/UEG pretende integrar a comissão organizadora do evento, a fim de organizar espaços que envolvam a comunidade acadêmica e dos campos de estágio, inclusive buscando constituir-lo como uma oportunidade de formação continuada para os professores das instituições parceiras.



final de estágio: sistematização, avaliação e socialização da experiência de estágio, momento de síntese e reflexão crítica (GOIÁS/UEG/ESEFFEGO/PGE, 2010, p.7).

Na contramão do paradigma de que o estágio seja um lugar apenas do fazer, a organização da dinâmica dos estágios da ESEFFEGO/UEG prevê que o acadêmico esteja no campo de estágio durante todo o horário de sua disciplina e não apenas no momento da intervenção junto à sua turma. Não que a presença garanta a articulação teórico/prática, mas cria condições para que, além da regência, ocorra a observação da aula de colegas; a revisão do planejamento/construção dos planos de aulas seguintes; leitura de textos e discussão junto ao professor-supervisor e o restante da turma.

Ainda, com vistas à qualidade da formação dos estudantes, o coletivo de professores avançou ao acordar sobre a realização de supervisão presencial junto aos acadêmicos. As turmas e horários das aulas foram organizados nos campos, na medida do possível, de forma que o professor pudesse observar todas as aulas de todos os seus alunos. Estas organizações da dinâmica se colocaram na contramão de propostas anteriores de estágio na ESEFFEGO/UEG, nas quais prevalecia a supervisão semi ou não-presencial.

Contudo, é importante ressaltar que este movimento de (re)estruturação dos estágios na ESEFFEGO/UEG não se deu de forma linear e sem turbulências. É um processo que tem apresentado desafios e que desvela uma série de fragilidades da instituição. Dentre elas, destacamos as condições objetivas de trabalho dos professores, a divergência de uma concepção de estágio assumida pelos professores, as dissonâncias entre a matriz curricular e o que tem se efetivado nas disciplinas e a relação estabelecida entre estágio e extensão.

Esta instituição conta hoje com um quadro docente formado por 63 professores, sendo apenas 28 efetivos. Os demais 35 professores atuam na condição de contratados temporariamente, na qual, em geral, trabalham o dobro da carga horária e recebem metade do salário, em comparação aos efetivos. O salário é definido pelo número de horas-aula dadas na instituição, ficando este professor impossibilitado de desenvolver projetos de pesquisa e extensão na universidade, bem como assumir certos cargos de gestão, a não ser de forma voluntária. As condições de trabalho precarizadas, tanto para os professores efetivos quanto contratos temporários, coloca a ESEFFEGO/UEG como um “lugar de passagem” dos professores, porque trabalham em outros empregos e/ou estão constantemente em busca de melhores condições de trabalho, em outros espaços. Este regime de dedicação não prioritária para a ESEFFEGO/UEG gera implicações objetivas quando se tenta implementar propostas de trabalho coletivo, sendo a primeira, e determinante, a dificuldade de contar com a participação dos professores e de encontrar interesse e horários comuns para reuniões. As condições de trabalho dificultam a consolidação de um trabalho coletivo, visto que os professores não têm a prática de construção coletiva e também não têm regime de dedicação exclusiva.

Os documentos construídos pelo grupo de professores, especialmente os planos de ensino de cada disciplina e o projeto específico de cada estágio, apontam uma série de fragilidades. Uma delas é a divergência de indicação da concepção de estágio assumida pelos professores. É evidente a falta de coerência teórica na produção dos cinco estágios, sendo seus planejamentos, em geral, estruturados a partir dos referenciais da prática corporal objeto da intervenção, a qual acaba delimitando a matriz epistemológica daquela disciplina. Por vezes há também incoerência na relação entre os referenciais e as teorias do conhecimento dentro da mesma disciplina.

Uma das possibilidades de buscar esta coerência teórica encontra-se no eixo da docência, estabelecendo um diálogo próximo entre prática pedagógica e os diversos campos de atuação da educação



física, pois entende-se que o profissional de educação física atuará no campo da docência independente do seu *lôcus* de trabalho. Segundo Taffarel e Santos Júnior (2005, p. 127 e 128):

A Educação Física se caracteriza, historicamente, pelo trabalho pedagógico da docência no campo da cultura corporal, ou seja, a ação pedagógica no trato com o conhecimento da cultura corporal. Em qualquer campo de trabalho, a ação pedagógica é a base da formação acadêmica e do trabalho. Isso nos aponta a necessidade de considerarmos o princípio da estruturação do conhecimento científico no currículo. A docência, entendida como trabalho pedagógico, é, portanto, a identidade profissional do professor de Educação Física, e isso pode ser verificado pelos fatos quando nos reportamos à ação profissional e identificamos seu sentido, significados, finalidades, meios e métodos ao longo da história. Caracteriza-se, também, por ser um campo de conhecimento que se estrutura a partir das práticas históricas, socialmente produzidas, cientificamente estudadas e investigadas e, criativamente, ensinadas de geração a geração.

Outra problemática é a pouca afinidade com o Projeto Político-Pedagógico do Curso, apesar de no Projeto Geral de Estágio (2010, p. 4) construído neste movimento constar que “os campos de estágio são entendidos como espaços de apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados e culturalmente desenvolvidos, não podendo desconhecer a especificidade da ‘Cultura Corporal’, objeto de estudo eleito para este Curso”. A docência como eixo articulador dos cinco estágios aparece no Projeto Político-Pedagógico do curso (2009, p. 31):

o egresso estará respaldado por uma competência intelectual que balizará sua relação com o mundo do trabalho na direção de analisar, compreender e explicar criticamente a lógica da sociedade aos seus futuros alunos, fazendo da docência a centralidade de sua prática social para a ruptura com os empecos dominantes e a consolidação das transformações políticas necessárias.

A conjuntura da ESEFFEGO/UEG, historicamente, aponta para os estágios supervisionados como as disciplinas de complemento de carga horária para professores de outras disciplinas. Isto faz com que lidemos no coletivo com professores que não dialogam teoricamente com a temática de estágio. Um dos desdobramentos desta condição é que trazem para suas disciplinas algumas formulações que reproduzem a dicotomia entre teoria e prática, entendendo o estágio como o lugar da prática, do fazer. Sendo estas, portanto, disciplinas que os eximem de estudo e apropriação teórica, seja a respeito das discussões das áreas de estágio, didática e prática de ensino, seja com relação à especificidade dos conhecimentos da Educação Física como objetos da intervenção no campo de estágio.

Nesse sentido, entendemos que o Estágio Supervisionado Curricular deve refutar as concepções conservadoras e fragmentadas que entendem esta disciplina na perspectiva terminalista e incapazes de alterar a formação do futuro professor de educação física. No intuito de dialogar com esses princípios, defendemos uma perspectiva de organização destas disciplinas a partir da relação indissociável entre teoria e prática (práxis). A realidade concreta deverá constituir-se como ponto de partida e elemento fundamental da reflexão teórica e crítica a fim de se retornar à prática social com avanços qualitativos (SAVIANI, 1997).

O estágio, ao tratar das práticas pedagógicas como intervenção social, deve comprometer-se com o conhecimento e a transformação da realidade concreta dos diversos campos da Educação Física, tendo a práxis como eixo norteador desse movimento. A práxis materializa a relação dialética entre reflexão e ação transformadora, ou seja, entre teoria e prática. Segundo Vazquez (1977 apud LACKS, 2005, p.



1806) práxis “é a categoria central da filosofia que se concebe, ela mesma, não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação”.

Nessa perspectiva, entendemos que as disciplinas de estágio devem ser entendidas como espaços privilegiados da formação de professores, por propiciarem o contato efetivo dos acadêmicos com realidades sociais concretas, a partir de um diálogo crítico com o cotidiano de diferentes campos de atuação do professor de Educação Física. Estas disciplinas devem se consolidar como espaços formativos de caráter teórico-prático que permitam aos acadêmicos compreender e refletir acerca da realidade profissional, à luz dos aportes teóricos estudados, na intenção de que desenvolvam autonomia intelectual e habilidades relativas à profissão docente.

Outra problemática encontra-se na materialização do Projeto Político-Pedagógico do Curso que apresentam discrepâncias no que está sendo proposta e sua efetivação. O Estágio I previa o ensino dos esportes individuais e tem operado com o ensino da natação e do tênis, mas também com o ensino da ginástica e da dança. Este deslocamento gera um problema conceitual, uma vez que pressupõe o ensino da ginástica e da dança a partir do viés da esportivização, o que se contrapõe ao Projeto Político-Pedagógico do curso. Já o Estágio III propunha o ensino dos demais elementos da cultura corporal, mostrando-se flexível demais nas possibilidades de atuação. Este estágio tem proposto como intervenção a hidroginástica e a musculação para idosos e adultos e a reabilitação de pessoas com deficiência. Os estágios V previa atuação na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio, mas a realidade das escolas fazem com que atuem também na primeira fase. O Estágio II materializa o ensino dos esportes coletivos, tal qual se propôs, e Estágio IV atua na primeira fase do ensino fundamental e na educação infantil também como está colocado no currículo.

Questionar as possíveis incoerências entre o que é proposto e o que é realizado faz parte de um constante exercício de busca pela coerência. Porém as imprecisões nos estágios não escolares mostram-se como desafios a mais, colocado não somente para os professores dos estágios, mas para o processo de reorganização curricular. O debate perpassa por duas discussões: ênfase ao ensino dos esportes, visto que são destinados dois estágios para tratar desse conhecimento e apenas um para tratar dos outros elementos da cultura corporal. E o segundo, mas polemico, de como deve ser organizado o estágio não escolar pelos conhecimentos da cultura corporal, ou por áreas de atuação da educação física, sendo estas últimas entendidas a partir do esporte, lazer e saúde.

Esse debate do currículo precisa considerar as possibilidades de atuação do professor de Educação Física no mundo do trabalho, organizando o currículo a partir da estruturação do conhecimento do campo da Educação Física e não pelas demandas do mercado. A cada nova reestruturação do capital, modificando o mundo do trabalho, a formação não pode se render, modificando os conhecimentos para atender a esses interesses.

A realidade da ESEFFEGO/UEG apresenta um elemento fundamental para se pensar os estágios nesta instituição, que é a relação entre Ensino e Extensão. Os projetos de extensão, quase na totalidade, estabelecem uma relação de dependência das disciplinas de estágio, pois são os acadêmicos dos estágios I, II e III que ministram aulas nas turmas dos projetos, tendo em vista que não há professores suficientes para assumir estas turmas e existem apenas quatro bolsas de extensão para atender aos 48 pólos da UEG distribuídos pelo estado de Goiás.

Como resposta a estes desafios, são metas do coletivo de professores do estágio, a partir de debates político-acadêmicos: organizar as disciplinas de estágio do Curso de Licenciatura em Educação Física da ESEFFEGO/UEG; abarcar projetos de pesquisa desenvolvidos por professores da instituição



IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

que tenham vinculação com a temática estágio; constituir um grupo de estudos sobre referenciais teóricos que dialoguem com os temas da didática, prática de ensino e estágio; consolidar um grupo de professores que trabalhe continuamente com as disciplinas de estágio; e implementar o projeto de estágio construído para a ESEFFEGO/UEG.

É também no coletivo de professores que pretendemos elaborar estratégias de avaliação deste movimento de (re)estruturação dos estágios, rediscutindo os documentos elaborados e as repercussões das ações desenvolvidas, visto que a primeira experiência de materialização desta proposta encontra-se em fase inicial e teve seu ponto de partida em fevereiro deste ano.

Considerações Finais

O debate da formação de professores de Educação Física apresenta posições antagônicas e interesses opostos no que se refere à concepção de formação humana. Ao fazer a opção por materializar um currículo de licenciatura ampliada depois da aprovação das Diretrizes Curriculares, a ESEFFEGO/UEG já se coloca como protagonista deste debate.

Nesse sentido, pensar a docência, a práxis e a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão se constituem como desafios e categorias fundamentais para a construção de um projeto que refute as propostas fragmentadas do conhecimento. Portanto, a consistência da formação reside na apropriação dos elementos sólidos dos conhecimentos que permitem perceber a relação entre as teorias do conhecimento, aprendizagem, educação e educação física.

A partir dessa consistência, o professor de Educação Física é capaz de atuar em diferentes espaços, o que não nos exime, enquanto campo de conhecimento, da necessidade de se pensar a intervenção em espaços escolares e não escolares. Torna-se imprescindível pensarmos a prática pedagógica da Educação Física nos campos não escolares, tendo em vista que esta questão é central neste debate, pois preenche uma lacuna que tem feito presente nos cursos de formação de professores de Educação Física.

Refletir sobre os estágios num currículo de licenciatura ampliada, apoiados nos eixos da práxis e da docência, implica exercitar a aproximação das contribuições das ciências humanas e sociais ao campo da Educação Física, visto que, historicamente, os cursos de licenciatura centraram esforços nas discussões acerca dos estágios em campos escolares e a estruturação de propostas de estágios em campos não escolares foi direcionada pelos cursos de bacharelado, cenário que aponta a predominância das ciências duras no trato com estas questões.

É válido destacar também que este movimento de organização coletiva dos professores de Estágio em prol da consolidação do NEPE/ESEFFEGO/UEG e de um projeto coerente com os princípios da licenciatura ampliada e da formação unitária do professor de educação física encontra-se em andamento e, por isso, passível de constantes avaliações e reflexões.

Referências

ANDRADE FILHO, N. F. e FIGUEIREDO, Z. C. C. Formação profissional em Educação Física brasileira: uma súmula da discussão dos anos 2001 a 2004. In: CAPARRÓZ, F. E & ANDRADE FILHO,



N. F.(Orgs). *Educação Física: Política, investigação e intervenção*. Vitória: UFES, LESEF. Uberlândia: UFU/NEPECC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 09. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena*. Brasília, 08 de maio de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº.01. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília, 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Parecer nº. 138. *Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física*. Brasília, 5 de abril de 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Parecer nº.58. *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física*. Brasília, 18 de fevereiro de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Resolução nº. 07. *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena*. Brasília, 31 de março de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Parecer nº. 0400. *Consulta sobre a aplicação das DCNs para a Formação de Professores da Educação Básica e das DCNs para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEEF nº.94/2005*. Brasília, 24 de novembro de 2005.

CONFEEF, Resolução nº. 94, de 19 de abril de 2005.

DAVID, N. A. N. *Novos ordenamentos legais e a formação de Professores de Educação Física: pressupostos de uma nova pedagogia de Resultados*. Dissertação (Mestrado). Unicamp. Campinas, 2003.

_____. A formação do profissional docente em educação física: dicotomias, e rupturas no campo da formação e da prática. Anais... *VI Congresso Goiano de ciências do Esporte: Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano*. Goiânia. Disponível em: <www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/congoce/>. Acesso em dez de 2009.

GOIÁS/UEG/ESEFFEGO. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física*. Goiânia, ESEFFEGO, 2009.

GOIÁS/UEG/ESEFFEGO. *Projeto Geral de Estágio do Curso de Licenciatura em Educação Física*. Goiânia, ESEFFEGO, 2010.



KUENZER, A. Z. Currículo, trabalho e profissionalização docente. Anais... IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre questões curriculares: currículo, teorias e métodos. Florianópolis, 2008.

KUNZ, E. et al. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativas–proposições–argumentações. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Santa Catarina, vol. 20 nº 1 set., 1998.

LACKS, S. *Formação de professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento*. Anais...XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e I Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Porto Alegre, ESEFE/UFRGS, 2005, p.1802- 1808.

PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor – A formação do professor com profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (org). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SANTOS JUNIOR, C. L. *A formação de professores de Educação Física: a mediação dos parâmetros teórico-metodológicos*. 2005. 194 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), UFBA, Salvador, 2005.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 31.ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

TAFFAREL, C. N. Z. *A formação do profissional da educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física*. 1993. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), Unicamp, Campinas, 1993.

TAFFAREL, C. & SANTOS JÚNIOR, C. L. Nexos e determinações entre formação de professores de Educação Física e diretrizes curriculares: competências para quê? In: FIGUEIREDO, Zenólia C.C. (org). *Formação profissional em Educação Física e mundo do trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, Grupo de Trabalho Temático Formação Profissional – Campo do trabalho/CBCE, Coletânea de Textos, v.1, 2005. p. 111- 136.

VEIGA, I. P. A. *A aventura de formar professores*. Campinas: Papirus, 2009.

VENTURA, P. R. V. *A educação física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos*. 2010. 206 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

Endereço: Av. Senador Pedro Ludovico Teixeira, Qd. 15, Condomínio Ilhas do Pacífico, ap. 203B – Setor Criméia Leste – CEP: 74660-300 – Goiânia-GO

Email: lilian.bbandeira@gmail.com

Recurso: datashow